

## PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Desafios e avanços da inserção das mulheres nas Forças Armadas brasileiras”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista. Não se esqueça: seu texto deve ter mais de 7 (sete) linhas e, no máximo, 30 linhas.

### TEXTO 1

A Constituição Federal brasileira assegura a igualdade de gêneros e defende desde o seu preâmbulo o pluralismo e o combate a toda e qualquer forma de discriminação. Equidade, portanto, ou a defesa de equidade, é pauta constitucional, e por mais que argumentos secundários tentem demonstrar que a participação feminina nas forças armadas não seria oportuna considerando as especificidades do gênero, tais como, a capacidade de força, a estrutura física, a necessidade de ter vínculos mais próximos com os filhos, tem-se que nada disso é razoável à luz da modernidade. Argumentos similares já foram utilizados para se afirmar que as mulheres não poderiam ser advogadas, magistradas, médicas ou engenheiras. Todavia, grandes e intrépidas mulheres pioneiras foram demonstrando ao longo do tempo a coragem e o preparo necessários para protagonizarem na sociedade. Nas atividades militares, não seria diferente.

<https://jus.com.br/artigos/72412/mulheres-nas-forcas-armadas-desenvolvimento-historico-juridico-da-participacao-feminina-na-defesa-nacional>

### TEXTO 2

Em razão da reserva do serviço militar ao gênero masculino, grande parte das primeiras mulheres a participar das forças armadas o fizeram por meio do travestimento, escondendo o gênero feminino e se passando pelo masculino para poder ingressar clandestinamente no serviço militar.

Na França, a participação de Joana D'arc durante a Guerra dos Cem Anos contra a Inglaterra (1337-1453), sob a aparência masculina (DEVRIES, Capítulo XIII, 1999), conseguiu grande destaque e repercussão, tendo esta chegado até ao comando grandes de tropas militares. Sua motivação fora eminentemente religiosa, pois dizia seguir ouvir vozes que guiavam. Hoje, em razão de seus feitos e vocação, foi reconhecida como padroeira da França, tendo sido canonizada pela Igreja Católica em 1920, pelo Papa Bento XI.

Já durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos, diversos casos de mulheres travestidas de homens para o combate foram historicamente documentados, como Margaret Corbin (JAMES, 1971, p. 385-86), que tomou o lugar do marido morto em guerra, ou como Deborah Sampson Gannett (TIMES, 1898), que, em 1782, serviu por 17 meses, sob o nome do irmão, Robert Shurtleff Samson.

No Brasil, por sua vez, de igual maneira ocorreu com Maria Quitéria de Jesus Medeiros[1] que, em 1823, travestiu-se de homem e se alistou no serviço militar para lutar na Guerra da Independência brasileira, na frente de resistência baiana, sob a alcunha de Medeiros, tendo vindo a integrar o Batalhão dos Periquitos. Esta foi considerada a primeira mulher militar brasileira, recebeu em 1823, do então Imperador D. Pedro I, o título de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, tendo sido instituída como Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro em 1996, através de Decreto de 28 de Junho de 1996.

Já em 1932, Ana Vieira da Silva participou clandestinamente da Guerra Constitucionalista em São Paulo, tendo sido posteriormente incorporada ao Batalhão após o reconhecimento de seus feitos (LOMBARDI, p.23). Em 1944, pela primeira vez de maneira legal, mulheres brasileiras puderam participar das forças armadas, através de serviço voluntário de enfermagem em hospitais militares em campanha pela Europa (LOMBARDI, p.23).

<https://jus.com.br/artigos/72412/mulheres-nas-forcas-armadas-desenvolvimento-historico-juridico-da-participacao-feminina-na-defesa-nacional>

## TEXTO 3

O ingresso de mulheres nas forças armadas lançou o debate acerca das relações entre segurança, defesa, estratégia e construções de gênero. No Brasil, a partir de 1980, as Forças Armadas passam a incluir um segmento da sociedade que historicamente foi excluído ou menosprezado no âmbito militar devido às construções tradicionais de gênero, que relacionam o conceito de feminilidade com fragilidade e fraqueza. Assim, a inclusão deste grupo durante a década de 1980 no ordenamento militar de maneira mais participativa, e em posições que antes não eram acessíveis, denota a evolução na estrutura das forças armadas em um contexto pós-moderno brasileiro.

(...) A hipótese baseada na disparidade de gênero que ainda permeia a organização militar brasileira devido à manutenção de construções sociais e de um imaginário coletivo é nociva à figura da mulher. Consequentemente, resta como o principal desafio no tocante à plena participação feminina nas forças armadas o rompimento com esse imaginário, o que acontece gradativamente. Em 2017, a Comissão de Gênero do Ministério da Defesa (MD) deliberou sobre os avanços do ingresso de mulheres nas Forças armadas e demonstrou expectativas positivas quanto ao progresso desse cenário, visto que a intenção, a longo prazo, é que as mulheres possam ocupar quaisquer corpos e quadros, além de servir à bordo e nas tropas, uma vez que, segundo o coronel Markel, as alunas “demonstram responsabilidade, eficiência e adaptabilidade” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017).

[https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/artigos/xvi\\_cadn/aa\\_participacao\\_feminina\\_nasa\\_forcasa\\_armadas\\_brasileirasa\\_ea\\_seusa\\_desafiosa\\_contemporaneos.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xvi_cadn/aa_participacao_feminina_nasa_forcasa_armadas_brasileirasa_ea_seusa_desafiosa_contemporaneos.pdf) - fragmento com adaptações

